

## A teoria da sustentabilidade como ideologia e a reificação da subjetividade social

ERIKA BATISTA \*

### Resumo

Este artigo apresenta um breve recorte do panorama econômico, social e político em que figura a produção da chamada teoria da sustentabilidade. Desde o século XX os modelos organizacionais de gerenciamento produtivo e da força de trabalho reverberam as condições de reprodução da sociabilidade capitalista, delineando os aspectos do controle social necessário para a exploração de todos os potenciais da força de trabalho e da natureza para sua manutenção. A teoria da sustentabilidade representa a teoria organizacional que marca o século XXI, como uma nova tentativa de reestruturação produtiva do capital em busca de novas fontes de acumulação. A produção social do capital precisa se reinventar permanentemente criando novas formas de concepção e gerenciamento do trabalho, que por sua vez forneçam novos parâmetros de mediação para a formação da consciência e reificação da subjetividade social, necessários para a reformulação e extensão dos limites da base material-orgânica que suporta a reprodução deste modo de sociabilidade. Articulado sobre três pilares – o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e o desenvolvimento sustentável – o modelo da sustentabilidade não tem a finalidade de desafiar a lógica da sociabilidade capitalista, preservando-a sobre novas formas. A hegemonia da classe burguesa permanece vital para a condução do processo de reestruturação produtiva e para a consolidação da ideologia sustentável, cuja função social é “humanizar” a sociabilidade capitalista. O objetivo geral deste artigo é caracterizar a teoria da sustentabilidade como mais uma das formas de ideologia capitalista em sentido lukasciano, enquanto especificamente busca apontar as conexões desta ideologia com o processo de formação da consciência a fim de demonstrar a reificação da subjetividade social como consequência deste processo.

**Palavras-chave:** teoria da sustentabilidade; reestruturação produtiva; ideologia; reificação; subjetividade.



\* **ERIKA BATISTA** é Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/ Marília)

## 1. Introdução

Este artigo apresenta um breve recorte do cenário em que figura a produção da teoria da sustentabilidade, diretamente relacionada às tendências econômicas e políticas da atual fase da sociabilidade capitalista. A configuração do neoliberalismo neste contexto ocorre como parte integrante desta lógica, de acordo com os projetos políticos da classe burguesa e da pressão exercida pelas lutas populares.

Tal processo de reprodução do capital não acontece sem as crises sistêmicas provocadas pela natureza anárquica e paradoxal típicas do seu metabolismo, embora estes momentos de crise venham sendo administrados pelos gestores do capital a partir das reestruturações produtivas que acompanham este processo. Os modelos organizacionais de gerenciamento produtivo e da força de trabalho reverberam as condições desta reprodução e delineiam os aspectos do controle social necessário para a exploração de todos os potenciais da força de trabalho e da natureza para sua manutenção.

As teorias organizacionais produzidas ao longo do século XX representam a articulação entre as formas de exploração do capital e as formas sociais de controle. Para a reprodução da sociabilidade capitalista é necessário o comprometimento singular do trabalhador com a atividade que produz a riqueza material, a combinação da obediência típica dos modelos tayloristas e fordistas com a iniciativa que caracteriza os modelos gerenciais de tradição toyotista, ou ainda, de uma teoria que integre regras e padrões de produção com limites flexíveis para a exploração das relações humanas, no trabalho e para além dele.

A sociabilidade contemporânea desenhada por esta lógica depara-se com a necessidade de articular cada vez mais esta “obediência com iniciativa” à formação de uma consciência sobre os limites naturais e orgânicos de sua reprodução para a continuidade do processo de acumulação. A teoria da sustentabilidade representa a teoria ou modelo organizacional que marca o século XXI, como uma nova tentativa de reestruturação produtiva do capital em busca de novas fontes de acumulação para garantir sua conservação, traduzindo-se como mais uma das formas de ideologia capitalista, na qual o gerenciamento das contradições do capital e o apaziguamento da luta de classes se fazem necessários para a reformulação e extensão dos limites da base material-orgânica que suporta a reprodução deste modo de sociabilidade.

Edificado sobre três pilares fundamentais articulados entre si – o desenvolvimento sustentável (DS), a governança corporativa (GC) e a responsabilidade social empresarial (RSE) – este modelo organizacional não prevê a superação da ordem social capitalista. A articulação de seus pilares ocorre para a preservação desta forma de sociabilidade de forma supostamente superior, em que a hegemonia da classe dominante é considerada vital para a condução do processo cuja função social é “reformular” a sociabilidade capitalista.

Admitindo-se que os movimentos de reestruturação produtiva do capital se estendem para além dos espaços de trabalho é importante ressaltar o caráter social das formas ideológicas que acompanham estes movimentos. A teoria da sustentabilidade como diretriz de um novo movimento de reestruturação produtiva – e social –

também carrega sua forma ideológica, de modo que o objetivo geral deste artigo é caracterizá-la. Em sua especificidade, o trabalho pretende apontar a relação desta forma com o processo de formação da consciência, demonstrando a sustentabilidade da ‘ideologia sustentável’ no aprofundamento da reificação da subjetividade social que dela faz parte.

## 2. A teoria organizacional da sustentabilidade como reestruturação produtiva

Os períodos de reestruturação produtiva que marcaram o século XX caracterizaram-se pelas técnicas de gerenciamento do trabalho que utilizaram a racionalidade burocrática moderna como mecanismo de afirmação universal para um processo de racionalização específico, o capitalista. A viabilização tecnológica, política e ideológica de modelos como fordismo, taylorismo e toyotismo desencadeou um complexo de inovações organizacionais que reverberaram dialeticamente nas relações sociais, sofisticando determinadas tradições organizacionais no interior da Teoria Geral da Administração (TGA).

A Escola Clássica (EC) e a Escola de Relações Humanas (ERH) representam tradições diferentes, mas evoluíram em continuidade com a base material dos períodos históricos aos quais corresponderam. Os fundadores da EC foram Frederick Taylor nos EUA e Henry Fayol na França, sendo o principal ponto de continuidade entre eles a imposição de uma racionalidade pragmático-produtiva de caráter cientificista, reconhecida pela “administração científica” como uma

“racionalização científica do trabalho”<sup>1</sup>. Concomitantemente, a indústria automobilística de Henry Ford sistematizava o trabalho mecanizado via esteira de montagem e customizava a produção de carros em série.

Após a Segunda Guerra Mundial a composição dos métodos desenvolvidos por Taylor, Fayol e Ford foi capaz de abastecer o consumo em massa que caracterizou o chamado Período Glorioso até a crise da década de 1970. Contudo, pesquisas como as de Friedmann (1972) já apontavam na direção de um processo de reestruturação produtiva desde a década de 1950, bem como a tendência de um modelo híbrido de gestão do trabalho. Mesmo porque no final da década de 1920 a Escola de Relações Humanas já começava a aparecer no cenário da organização “científica” do trabalho trazendo um novo enfoque para a racionalização do trabalho, o do “lado humano” da empresa.

Mary Parker Follet e o psicólogo industrial George Elton Mayo desenvolveram pesquisas empíricas em contraposição aos pressupostos da Escola de Administração Científica, muito embora as teses da Escola de Relações Humanas tenham obtido ampla divulgação apenas a partir de meados dos anos 1930. A mais reconhecida das pesquisas elaboradas pela Escola de Relações Humanas foi o chamado “Inquérito Hawthorne” na indústria Western Electric, cuja tese afirmava a existência de grupos informais inter-relacionados e chamava atenção para os incentivos psicossociais

<sup>1</sup> Para aprofundar a leitura dos respectivos autores que formularam os métodos de gestão do trabalho taylorista-fordista recomenda-se consultar Taylor (1990), Ford (1967) e Fayol (1965).

no lugar dos econômicos, conforme o trabalho de Mayo (1945).

As teses da ERH fundiram-se com as da Escola Clássica formando um modelo híbrido de gestão do trabalho na segunda metade do século XX, ao lado das técnicas japonesas desenvolvidas nas empresas Toyota. Os trabalhos parcelados continuaram coexistindo com os de caráter multifuncional e pluriespecializado e a inovação se deu em aplicar as *formas de controle social* já utilizadas pelo capital nos métodos anteriores sobre o trabalho em suas diferentes naturezas, o que ressaltou a continuidade dos três métodos de organização ao invés de uma ruptura, demonstrando que tais formas extrapolam o espaço de trabalho propriamente dito para assumirem *formas sociais de controle*.

Durante a década de 1990 autores norte-americanos resgataram os pressupostos da ERH conectando-os aos do toyotismo e deram mais um passo na direção do controle social sobre a força de trabalho com ênfase na produção de uma subjetividade domesticada e pró-ativa. A teoria organizacional do *empowerment* teve por objetivo revigorar a TGA diante dos desafios do século XXI utilizando um conjunto de neologismos e supondo criar uma nova administração dos recursos humanos e da produção para, além de “humanizar” as relações de trabalho, “empoderar” os trabalhadores para exercerem sua autonomia na tomada de decisões a serviço do capital, de acordo com a pesquisa de Batista (2007).

A partir da composição de padrões produtivos como o fordismo, o taylorismo e o toyotismo formou-se um modelo híbrido de gerenciamento, que nas últimas décadas vem dando origem a novos discursos organizacionais como o da “escola” da sustentabilidade. Esta

proposta opera com a mesma racionalidade instrumental típica do modo de sociabilidade capitalista: a racionalidade mercantil do valor de troca que, para manter sob controle todas as forças produtivas necessárias à sua reprodução, elabora modelos de gestão da força de trabalho e dos recursos naturais, reorganizando-os em função da manutenção do fluxo de capital predominante durante os ciclos de acumulação de cada momento histórico.

No âmbito das condições de esgotamento do meio-ambiente, o modelo da sustentabilidade vem sendo forjado desde a década de 1970 quando a proposta do desenvolvimento sustentável foi apresentada pela primeira vez de forma global. A partir de evidências científicas de que as fontes naturais de “desenvolvimento” seriam profundamente reduzidas se os seus limites não fossem considerados pelo “modelo de crescimento” em questão, as propostas de DS delinearam os primeiros contornos do que compõe a teoria da sustentabilidade hoje no bojo do chamado “capitalismo verde”, conforme desenvolve a tese de Batista (2013).

Com a predominância da financeirização das economias a partir do final da década de 1970, também foi posto em xeque o modelo de administração das principais corporações. Segundo a tese da autora (2013) foi preciso a criação de “regras” institucionais e legislações, nacionais e internacionais, para criar a ilusão do controle sobre as organizações empresariais e garantir a fachada de credibilidade social para que os esquemas corporativos de apropriação privada da riqueza social e supervalorização do capital tivessem continuidade, daí a necessidade de

“moralizar” o mercado de ações a partir de uma política para o mercado financeiro adaptável à governança corporativa.

O terceiro pilar que constitui esta teoria organizacional compreende a responsabilidade social empresarial e integra as “boas práticas” de governança corporativa e desenvolvimento sustentável. Um conjunto de estratégias, projetos e ações empreendido pelas organizações empresariais “responsáveis” socialmente visa fortalecer uma espécie de “tipo ideal” da sociedade civil dominante e restabelecer vínculos de cidadania coniventes ao exercício desta forma de articulação social, administrando o que tem sido chamado de “capitalismo humanizado”, ainda de acordo com Batista (2013).

Embora a formalização do movimento em torno do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU) tenha sido responsável pelo “nascimento” do projeto da sustentabilidade, foi a partir de autores como John Elkington no final dos anos 1990 que este projeto adquiriu o *status* de uma teoria organizacional, quando o movimento pela sustentabilidade ganhou repercussão e “militantes” corporativos, acadêmicos e políticos. O núcleo da teoria concentra-se na expressão cunhada pelo autor (2001) *triple bottom line – people, planet and profit* – e considera a articulação entre as esferas social, ambiental e econômica como fundamental para que a humanidade dê conta dos limites criados pelo “modelo de desenvolvimento e crescimento” das últimas décadas – diga-se, o da sociabilidade capitalista.

Segundo Elkington (2001, p. 20), sustentabilidade é “a busca pelo equilíbrio entre o pilar econômico,

social e ambiental” e este modelo organizacional considera que a gestão do negócio não abrange somente questões financeiras e econômicas. Pelo contrário, enfatiza que os benefícios e prejuízos, sociais e ambientais, gerados pelo negócio são responsabilidade da empresa e que, portanto, devem ser gerenciados com estratégia para obter sustentabilidade em longo prazo e permanecer rentável ao longo do tempo sem comprometer os recursos ambientais e sociais utilizados.

A tese de que a teoria da sustentabilidade compreende uma nova tentativa de reestruturação produtiva enquanto modelo organizacional de controle social verifica-se a partir de alguns exemplos característicos dos três pilares que compõem a teoria formando a base material que sustenta esta ideologia. Com relação ao pilar do desenvolvimento sustentável, o chamado “mercado do carbono” vem crescendo desde o Protocolo de Quioto elaborado em 1997, quando cerca de 160 países criaram um conjunto de itens reguladores para a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) em decorrência do fenômeno do aquecimento global.

Entretanto, o acordo firmado pelo Protocolo previa entrar em vigor a partir de 2005, mas China, Índia e EUA, os maiores emissores de GEE do mundo, descumpriram o acordo de reduzir de 2008 a 2012 os 5,2% em relação aos níveis de 1990. Cada país tem uma meta de redução específica e de acordo com o seu nível de emissão, porém, a meta dos maiores poluidores com CO<sup>2</sup> do mundo está suspensa, já que estes países “prometeram assinar um novo acordo que entre em vigor após 2020, depois que suas metas voluntárias de redução de emissões expirarem”, segundo o Instituto Carbono Brasil.

Araripe (2009, p. 43) aponta o crescimento deste “mercado” ao afirmar que no panorama mundial as cifras foram de US\$1 bilhão em 2004 para US\$116 bilhões em 2008, indicando que o mesmo ainda pode atingir a casa dos US\$3 trilhões até 2020. As políticas de controle dos gases poluentes fazem parte de um conjunto de projetos denominado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em que os créditos de carbono respondem por uma parte do mercado global. Segundo a jornalista, o Brasil ocupa o 3º lugar no ranking mundial e representa aproximadamente 8% dos projetos de crédito de carbono, dos mais de 4.350 projetos de MDL no mundo. Em 2009, cerca de 200 projetos de MDL já haviam sido aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, destacando-se a Petrobras, InBev, Grupo Pão de Açúcar, Sadia e CPFL, dentre outras.

Aparentemente, é possível concluir que os créditos de carbono compreendem mecanismos de redução da emissão de gases de efeito estufa e por isto são positivos. Contudo, para alcançar a essência deste “mercado” é preciso desvendar o discurso da sustentabilidade já que, especificamente, o mercado de crédito de carbono diz respeito à criação de um equivalente monetário para regular as emissões de CO<sup>2</sup> a partir de relações de compra e venda. Como as metas estipuladas pelo Protocolo de Quioto tornaram-se “voluntárias”, cada país regula internamente a emissão de GEE pelas empresas que mais liberam dióxido de enxofre e monóxido de carbono (entre outros gases poluentes) na atmosfera e cada crédito autoriza a emissão de um *quantum* do gás, que geralmente equivale a uma tonelada por crédito.

Trata-se da comercialização do direito de poluir por meio da negociação dos créditos – que compreendem certificados para a emissão do CO<sup>2</sup> – pelas bolsas de valores de diversos países<sup>2</sup>. A obtenção do crédito via compra no mercado ocorre quando uma empresa que já atingiu seu limite de emissão e “precisa” aumentar este limite para continuar com suas atividades busca no “mercado de carbono” certificados ainda não utilizados, de modo que outras empresas que emitiram abaixo de suas metas oferecem seus créditos disponibilizando-os através do mercado de ações, privatizando o espaço comum da atmosfera e vendendo-o como mercadoria.

Embora o movimento pela “ética nos negócios” tenha se iniciado na década de 1980 nos EUA e Inglaterra – dada a reconstrução do comércio financeiro internacional quando o mercado de ações assumiu o papel de “pivô mais ativo” na nova etapa da acumulação financeira, conforme Chesnais (2005, p. 42) – alcançou os países da América Latina em meados da década de 1990, segundo Borges e Serrão (2005). A implantação do “governo de empresa” tornou-se o modelo de gestão corporativa contemporâneo, de modo que falar em governança corporativa é filiar-se ao ideário norte-americano de mercado financeiro.

O esquema da Enron em 2001 foi um dos escândalos que mais ilustram uma

---

<sup>2</sup> Segundo o Instituto Carbono Brasil, os créditos de carbono podem ser negociados atualmente nas seguintes bolsas de valores: Bolsa do Clima de Chicago, Bolsa do Clima Europeia, Bolsa Nord Poll da Noruega, Bolsa de Energia da Áustria, Bolsa de Mercadorias e Fundos (leilões), New Values/ Climex da Alemanha, Vertis Environmental Finance de Budapeste, Bluenext de Paris, Multi-Commodity Exchange da Índia.

das faces da governança corporativa na prática. Bakan (2008) detalha o esquema de desregulamentação do setor de abastecimento de energia norte-americano armado pela Enron na Casa Branca, em que a corporação forjou uma falta artificial de energia elétrica que elevou os preços para forçar a abertura do mercado de distribuição, até então regulado pela exigência de leilões.

Segundo o autor, foram 38 “apagões” na Califórnia durante os seis meses seguintes à assinatura da Commodity Futures Modernization Act pelo então presidente Georg W. Bush, período em que a Enron lucrou absurdamente com o aumento do preço da energia. Porém, em 2001 houve uma nova regulação imposta pela Comissão Federal Reguladora de Energia, com a redução de mais de 80% nas tarifas locais, fazendo com que a Enron perdesse bilhões de dólares em contratos e a empresa pedisse falência quatro meses depois.

O caso da Enron é somente um dos esquemas que a governança corporativa julga absolver com o conjunto de códigos, leis e orientações formulados em nome da “ética” nos negócios. Analisando-se o que esta estratégia realmente significa dentro do modelo de sustentabilidade, os “guardiões” assumiram a posição de gestores de um suposto conflito de interesses que garante a reprodução do modo de produção capitalista independentemente da vontade das “personificações do capital”, conforme qualifica Meszáros (2011, p. 126), ou do poder das “personificações do mercado”, como prefere Chesnais (2005, p. 45) quando aborda a ascensão dos gestores do capital financeiro no antropomorfismo deste processo.

Na verdade, este conjunto retoma a origem da governança corporativa, que

está na quebra do vínculo direto entre o proprietário individual do capital e as tarefas de controle e administração, transferidas para um corpo gerencial técnico, ponto fundamental ressaltado por Braverman (1977) já em 1974. Hoje, este pilar da teoria da sustentabilidade está intrinsecamente associado à forma de acumulação de capital predominantemente financeira e às crises sistêmicas que se manifestam e potencializam sob as políticas neoliberais de liberalização monetária, descompartmentalização dos mercados financeiros e desintermediação do acesso ao mercado de empréstimos.

A tríade da teoria que compõe a teoria da sustentabilidade se completa com o pilar da *responsabilidade social empresarial*. O apelo à iniciativa privada para que se envolva nas “questões sociais” é crescente e presente em nível global – como demonstrado nos Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUDs) – e evoca a participação das organizações empresariais no empreendimento de ações qualificadas como de RSE, juntamente às recomendações do Banco Mundial para que não só o setor privado, mas também governos, instituições públicas e organizações não-governamentais (ONGs) promovam estratégias que reforcem a capacidade do setor privado de promover o “desenvolvimento”.

Há uma rede de organismos multilaterais especializados e organizados para legitimar a necessidade da participação empresarial na resolução dos problemas sociais. O discurso e as ações de RSE transitam sob a racionalidade do solidarismo e prega a adoção de práticas reconhecidas como positivas e político-moralizadoras para cooptar corações e mentes sobre

suas virtudes e, além de garantirem mais uma forma de pacificação da luta de classes por meio de estratégias de conciliação, abrem espaço para novas formas de exploração e acumulação de capital que são incluídas estrategicamente nos *business plans* das organizações empresariais.

Uma destas formas é a invasão de espaços de socialização com a oferta de serviços sociais vendidos como mercadorias, como pode ser observado na pesquisa sobre hábitos de consumo, realizada pelo Instituto Akatu em parceria com o Instituto Ethos entre 2006 e 2007. Ambos estão qualificados juridicamente como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) na condição de organização não governamental (ONG), usufruindo dos benefícios legais que esta invenção neoliberal viabiliza e exercendo a função social que lhe cabe para a consolidação do novo padrão de intervenção social da burguesia através do chamado “terceiro setor” no Brasil, sobretudo a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso, conforme detalha o trabalho de Montaño (2007).

A pesquisa intitulada “Responsabilidade social das empresas - A percepção do consumidor brasileiro” investigou os hábitos de 800 consumidores brasileiros nas capitais Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília. Os resultados concluíram que o consumidor brasileiro gosta de comprar de empresas socialmente responsáveis e, de acordo com os Institutos Akatu e Ethos (2008, p. 9-11), o objetivo da pesquisa compreendeu “monitorar as *percepções dos consumidores diante da questão da responsabilidade social das empresas (...)*. O estudo também buscou *detectar possíveis mudanças nos comportamentos*, explicando os fatores

que impulsionaram tais movimentos (grifos nossos)”<sup>3</sup>.

É interessante notar a articulação entre a percepção dos sujeitos sobre a atuação das empresas em projetos sociais e as expectativas e comportamentos daí decorrentes. Em outras palavras, é possível comprovar que há uma preocupação com a dimensão subjetiva dos consumidores em relação ao tema da responsabilidade social empresarial, como formam sua opinião e mudam seus comportamentos, produzindo mais do que apenas resultados estatísticos sobre tendências de consumo, e sim uma forma de gerenciamento da subjetividade social.

### 3. A ideologia da sustentabilidade e o processo de reificação

A análise da teoria da sustentabilidade como mais um modelo organizacional que tenta promover um novo movimento de reestruturação produtiva do capital permite caracterizá-la como mais uma das formas de ideologia capitalista no sentido ontológico atribuído por Lukács (1966; 1981)<sup>4</sup>. Na medida em que seus respectivos pilares penetram de forma concreta nos mais

<sup>3</sup> Para acessar mais dados sobre a pesquisa dos referidos Institutos, bem como a análise crítica de seus resultados consultar a tese de Batista (2013), que aborda a trajetória histórica e política da responsabilidade social no Brasil. Também é possível consultar as entrevistas concedidas pelos próprios trabalhadores que operacionalizam este modelo organizacional, bem como os projetos concretos que foram objetos de análise empírica.

<sup>4</sup> Não há um consenso no interior da tradição marxista sobre a natureza da ideologia e não é objetivo deste artigo apresentar as diferentes abordagens existentes. Para aprofundar esta pesquisa, recomendam-se os trabalhos de Vaisman (2010), Iasi (2007), Löwy (1998) e Chauí (1983), bem como os de Marx e Engels (2007), Lenin (1986) e Lukács (1966, 1981).

variados aspectos da vida social, a aplicação da teoria da sustentabilidade nas práticas cotidianas de trabalho – e a consequente reverberação nos demais espaços de socialização – produz e reproduz a base material que a sustenta.

Ao atribuir esta perspectiva à compreensão do modelo organizacional da sustentabilidade, pressupõe-se que esta determinada “visão de mundo” – no sentido atribuído por Lukács (1981) e Löwy (1998) – admitida como um instrumento de conscientização da práxis social – pode se tornar uma ideologia e esta capacidade não depende da veracidade de seus pressupostos, e sim da função social objetiva que esta teoria possui na resolução dos conflitos vividos pelos indivíduos divididos em classes sociais. A ideação-prévia das formulações sustentáveis tem a dupla função de convencer as classes sociais de sua viabilidade para a manutenção de um suposto bem comum, ao mesmo tempo em que regula os conflitos sociais segundo os imperativos da classe dominante.

Ou seja, mesmo que os pressupostos utilizados pela teoria da sustentabilidade sejam questionáveis para a própria lógica de funcionamento da sociabilidade capitalista sua validade ideológica se sustenta na função social que o modelo ocupa quando satisfaz tais imperativos. A formação do consenso em torno das virtudes deste modelo organizacional tem relação direta com a esfera material de reprodução das condições de dominação burguesa imposta pela lógica da sociabilidade capitalista, revelando-se uma importante ferramenta de manipulação destas condições.

Por outro lado, a viabilidade dos pressupostos fundamentais desta visão de mundo objetiva certa correção das contradições do modo de produção

capitalista para sua manutenção, o que ameaça a própria lógica do funcionamento desta sociabilidade, tornando-a paradoxalmente insustentável. Em essência, os pressupostos deste modelo traduzem-se em mais formas de exploração da natureza e da força de trabalho que buscam reafirmar esta forma de sociabilidade como a única possível, desqualificando qualquer questionamento sobre sua veracidade e aplicação prática e impedindo o debate amplo e coletivo.

Na medida em que o processo de reprodução desta ideologia se fortalece, aprofundam-se também os processos de alienação e reificação das relações sociais entre as classes sob a lógica do capital, compreendidos nas formas particulares de objetivação e subjetivação do ser social. No entanto, é o processo de reificação que assume centralidade quando se busca a compreensão de como a ideologia capitalista se objetiva nas práticas sociais e se internaliza na consciência dos indivíduos – e na formação da subjetividade – de modo tão avassalador e aparentemente inevitável.

Netto (1981, p. 16) chama atenção para esta dimensão do processo de alienação, a partir da caracterização clássica deste fenômeno elaborada por Lukács (2012) através da análise do fetichismo da mercadoria nas obras de Marx e utilizada para designar o processo de alienação específico do capitalismo moderno. O fenômeno da reificação permite que se institua uma forma padrão de agir e pensar como se esta fosse a única possível e a mais adequada para o desenvolvimento social, naturalizando os imperativos do fetichismo típicos da sociabilidade capitalista nos comportamentos e na consciência dos indivíduos.

O nexó do fetichismo da ordem capitalista contemporânea engloba as formas de objetivação e subjetivação do ser social como se fosse um “equivalente mercantil” para as relações sociais e desta forma ocupa o centro da discussão sobre as ideologias que sustentam o conjunto da ideologia capitalista. O desvelamento da teoria da sustentabilidade como uma das formas desta ideologia deve partir do pressuposto concreto de que todas as manifestações da vida social sob a lógica do capital tendem a carregar este equivalente.

#### 4. Considerações finais

A compreensão dos processos de reificação que sustentam a ideologia da sustentabilidade como uma das formas de ideologia capitalista pode contribuir para a tomada de consciência acerca do movimento de reconfiguração do capital e suas formas sociais de controle e revitalização, permitindo novas formas de articulação das frações de classe populares na reconstrução e fortalecimento de uma ideologia que seja capaz de fazer frente à ofensiva capitalista no exercício da luta entre as classes. Para isso é preciso apreender dialeticamente a totalidade contraditória das relações sociais contemporâneas – em suas dimensões universais, particulares e singulares – e identificar o equivalente mercantil reificador dos comportamentos e consciência humanos.

Mesmo de forma fetichizada o modelo produtivo esboçado pela teoria da sustentabilidade não deixa de trazer a perspectiva concreta de determinar uma base material diferente para a produção, circulação e consumo dos bens e serviços. Esta capacidade tecnológica atingida pela humanidade e fetichizada

pela ciência burguesa encontra-se apropriada pelo capital, mas uma vez que é humana pode – e deve – ser reintegrada pela revolução social no interesse do bem-estar de todos os seres vivos que integram a biosfera. Partindo-se desta perspectiva é possível criar as condições materiais para a produção de uma nova subjetividade social, capaz de não só criar, mas sobretudo, manter um novo patamar societal sustentável.

Nesta direção é que a produção da subjetividade social ganha uma preocupação especial para a transição revolucionária, pois se não estamos diante de uma conjuntura propícia é preciso criá-la e, para isso, é preciso que os sujeitos sociais tornem-se conscientes de sua legitimidade e viabilidade histórica. Então parece fazer sentido recuperarmos esta categoria e arriscar desvendá-la em seus níveis de reificação, a fim de concatená-la às relações sociais cotidianas que formam os valores e comportamentos que sustentam a lógica da sociabilidade capitalista na prática e avançar na crítica de que tais discursos e práticas representam somente mais uma forma de exploração do trabalho pelo capital.

Não porque não o sejam, mas porque é preciso analisar os pilares que constituem a ideologia da sustentabilidade para além de si mesmos e em profundidade no interesse das classes populares e do planeta. A decomposição destes pilares em suas formas de objetivação e subjetivação permitirá uma maior compreensão das novas formas de luta entre as classes e das disputas pela hegemonia no interior da classe dominante, compreensão que se torna vital para a reconstrução de suas formas organizativas e para constituição de uma consciência de classe que seja verdadeiramente revolucionária.

## Referências

ARARIPE, S. *Sustentabilidade*. Revista Conjuntura Econômica. Fundação Getúlio Vargas. Outubro, 2009, vol. 63, nº 10. p. 36-56.

BAKAN, J. *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BATISTA, E. *A insustentável teoria da sustentabilidade. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social*. Tese. (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2013.

\_\_\_\_\_. *A fantástica fábrica de dinheiro na trilha do empowerment: o discurso gerencial do Banco do Brasil*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2007.

BORGES, L.F.X.; SERRÃO, C.F.B. *Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, nº 24, 2005, p. 111-148.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CHAUI, M. S. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CHESNAIS, F. *O capital produtor de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: \_\_\_\_\_. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. Os três pilares da sustentabilidade. São Paulo: Editora Makron, 2001.

FAYOL, H. *Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*. São Paulo: Atlas, 1965.

FORD, H. *Os princípios da prosperidade*. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INSTITUTO AKATU; INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas – A percepção do consumidor brasileiro*. Pesquisa 2006-2007. São Paulo: Akatu/Ethos, 2008. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: fev. de 2011.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. *Protocolo de Quioto*. Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Il problema dell'ideologia*. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981.

\_\_\_\_\_. *Estética I*. La peculiaridad de lo estético. Barcelona/México: Ediciones Grijalbo, 1966.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAYO, G. E. *The social problems of industrial civilization*. Boston: Division of Research Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1945.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

TAYLOR, F.W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

VAISMAN, E. *A ideologia e sua determinação ontológica*. Verinotio, Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, nº 12, Ano VI, out/2010, p.41-64.

Recebido em 2014-03-06  
Publicado em 2014-10-15